



O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO SUL DO MARANHÃO: Dinamismo econômico e des(re)ordenamento territorial

Rosimary Gomes Rocha

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Professora Assistente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Geografia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA/Campus de Grajaú.
rosemanu2011@live.com

RESUMO

A região Sul do Maranhão teve sua ocupação em um primeiro momento caracterizada pela procura de terras disponíveis para criação de gado à solta, por criadores originários de outros estados do Nordeste, principalmente da Zona da Mata, região destinada ao cultivo de cana-de-açúcar no século XIX. A partir do final da década de 1970, esse espaço começa a sofrer significativas transformações devidas, em grande parte, às ações governamentais de ocupação da fronteira agrícola. As novas concepções sobre essa dinâmica nos levam a refletir sobre as relações de poder que se instalaram na localidade em que os processos territoriais vinculados ao capital se caracterizam como preponderantes. Nesse contexto, o Sul do Maranhão evidencia um conjunto de novas ações e de novos objetos técnicos, atores sociais, políticos e econômicos, que fazem uso desses objetos e criam condições para a sua reprodução.

Palavras-chave: Sul do Maranhão; Fronteira agrícola; Território.

THE SOUTHERN MARANHÃO OCCUPATION PROCESS: Economic dynamism and territorial de-re-planning

ABSTRACT

The Southern Maranhão region had its occupation at first characterized by the search of land available for loose cattle raising, by breeders from other states of the Northeast, especially the Zona da Mata region intended for sugarcane cultivation sugar in the nineteenth century. From the late 1970s, this space begins to undergo significant transformations due in large part to government actions occupation of the agricultural frontier. The new conceptions of these dynamics lead us to reflect on the power relations that settled in the locality in which the territorial processes related to capital are characterized as dominant. In this context, the Southern Maranhão highlights a number of new shares and new technical objects, social actors, political and economic, that makes use of these objects and creates conditions for their reproduction.

Keywords: South of Maranhão; Agricultural frontier; Territory.

INTRODUÇÃO

A estruturação desta reflexão se assenta nas análises descritivas já feitas por alguns autores sobre a *ocupação* do território maranhense desde a época colonial, onde de forma clara podemos perceber ao longo das leituras que o caráter econômico se apresenta como o viés principal para o interesse despertado por franceses e portugueses na *ocupação* do Maranhão e que como consequência, produziu intensos conflitos que foram travados pela posse da terra, inclusive entre os colonizadores e os indígenas.

As frentes de ocupação, sendo uma proveniente do litoral maranhense e a outra oriunda do Nordeste brasileiro, principalmente do Estado da Bahia, tiveram papel preponderante para a *ocupação* e domínio do território maranhense, embora se apresentem distintas nos modos e meios ocupacionais (sobre este assunto trataremos no item seguinte), as duas frentes tinham objetivos em comum que era a expansão dos domínios territoriais à custa da escravização e dizimação dos índios.

A história econômica do Maranhão é caracterizada por distintas fases. Dentre essas, podem-se destacar a caça e aprisionamento dos índios, cultivo do algodão para abastecer o mercado externo, implantação de engenhos para o processamento da cana-de-açúcar, agricultura de subsistência, rizicultura, extração do babaçu e implantação de grandes projetos, entre eles: ALUMAR – Consórcio de Alumínio do Maranhão, PGC – Grande Carajás e o cultivo da soja no Sul do estado. É através desses grandes projetos, que o Maranhão tem se articulado ao mercado internacional na contemporaneidade e conseguido propagar o discurso da modernidade, legitimando as políticas direcionadas para esses setores produtivos. Entretanto, isso ocorre em consonância com o capital monopolista, deixando de fora do processo de desenvolvimento a maior parte da população aí estabelecida, o que torna o referido estado como o que mais apresenta problemas sociais em toda a federação brasileira. Em virtude disso, nos propomos a traçar uma análise das frentes de ocupação no território maranhense, identificando as principais correntes migratórias que tiveram repercussão na formação populacional e econômico-territorial ao articulá-las aos processos geográficos presentes na contemporaneidade.

A ECONOMIA MARANHENSE A PARTIR DAS *FRENTES DE EXPANSÃO*

As formas de ocupação do território maranhense respondem em parte pelas identidades constituídas em seu interior, desta forma poderíamos enfocar que a região

Centro-Norte guarda em si especificidades que não encontramos no Centro-Sul do estado. Neste pressuposto, Cabral (1992, p. 21), estudando os movimentos de povoamento do Maranhão desde o período colonial afirma que:

As duas linhas que dirigiram o povoamento – a que invadiu o litoral, subindo pelos rios Itapecuru, Mearim, Pindaré e Munin e a que avançou pelos altos sertões, oriunda do interior nordestino, delinearão formas de exploração econômica e padrões de comportamento bastante característicos nos espaços ocupados. A reconstituição da identidade maranhense implica, portanto, na apreensão desses dois amplos movimentos colonizadores com tendências e encaminhamentos próprios.

As duas frentes que constituíram o povoamento maranhense formaram duas bases econômicas diferenciadas, sendo uma fincada na agroexportação, principalmente do algodão, e a outra na pecuária, tendo cada uma, características próprias que foram significativas para a formação das relações sociais e comportamentos característicos de cada área. Sobre a primeira corrente, Cabral (1992, p. 61) diz que ela deu continuidade à empresa expansionista que saiu de Pernambuco, em 1614 com destino ao Maranhão, com o objetivo de expulsar os franceses e iniciar o *povoamento da região*, pondo fim à França Equinocial, marcando assim o início da colonização portuguesa nessa Capitania.

Foi esta a primeira frente de expansão, a que chamamos de frente litorânea que se expandiu sob o controle direto do Estado português (CABRAL, 1992, 61). Vê-se então, a presença forte e marcante do Estado na empreitada de conquista do espaço maranhense, expandindo assim o domínio luso sobre todo o território, dado por meio da escravização e dizimação (quando ofereceram resistência) das comunidades indígenas, habitantes da localidade. Para isso, a igreja teve participação decisiva através da catequese que contribuiu para a conformação dos índios aos padrões colonizadores. Foram assim, características essenciais da frente litorânea a ação deliberada, o controle, a participação direta e a condução do Estado português no desenrolar da colonização do Estado do Maranhão no litoral, nos vales dos rios Itapecuru, Munin, Pindaré e Mearim (CABRAL, 1992, 61).

A outra corrente, tendo como base a pecuária (Figura 1), entrou pelo interior maranhense a partir de 1730 e ocupou os campos naturais do Sul do Maranhão, recebendo assim, a denominação de Pastos Bons. Teve como característica principal na sua fase inicial, o caráter privado de conquista sem o apoio do Estado e da Igreja. Sobre a conquista pastoril do Sul maranhense, Andrade (1998, p. 205) destaca:

[...] correntes de vaqueiros, de criadores de gado oriundos da Bahia subiram os rios da vertente oriental [...], atravessaram os interflúvios existentes entre as nascentes destes rios – Chapada Diamantina – e as nascentes dos afluentes da

**O processo de ocupação do Sul do Maranhão:
Dinamismo econômico e des(re)ordenamento territorial**
Rosimary Gomes Rocha

margem direita do São Francisco e, após conquistar o vale do grande rio, subindo os cursos dos seus afluentes da margem esquerda, atravessaram as chapadas que separam o Piauí da Bahia e se espalharam pelas terras drenadas para o rio Paranaíba. Dominaram assim, o espaço piauiense [...] e a porção meridional do Maranhão.

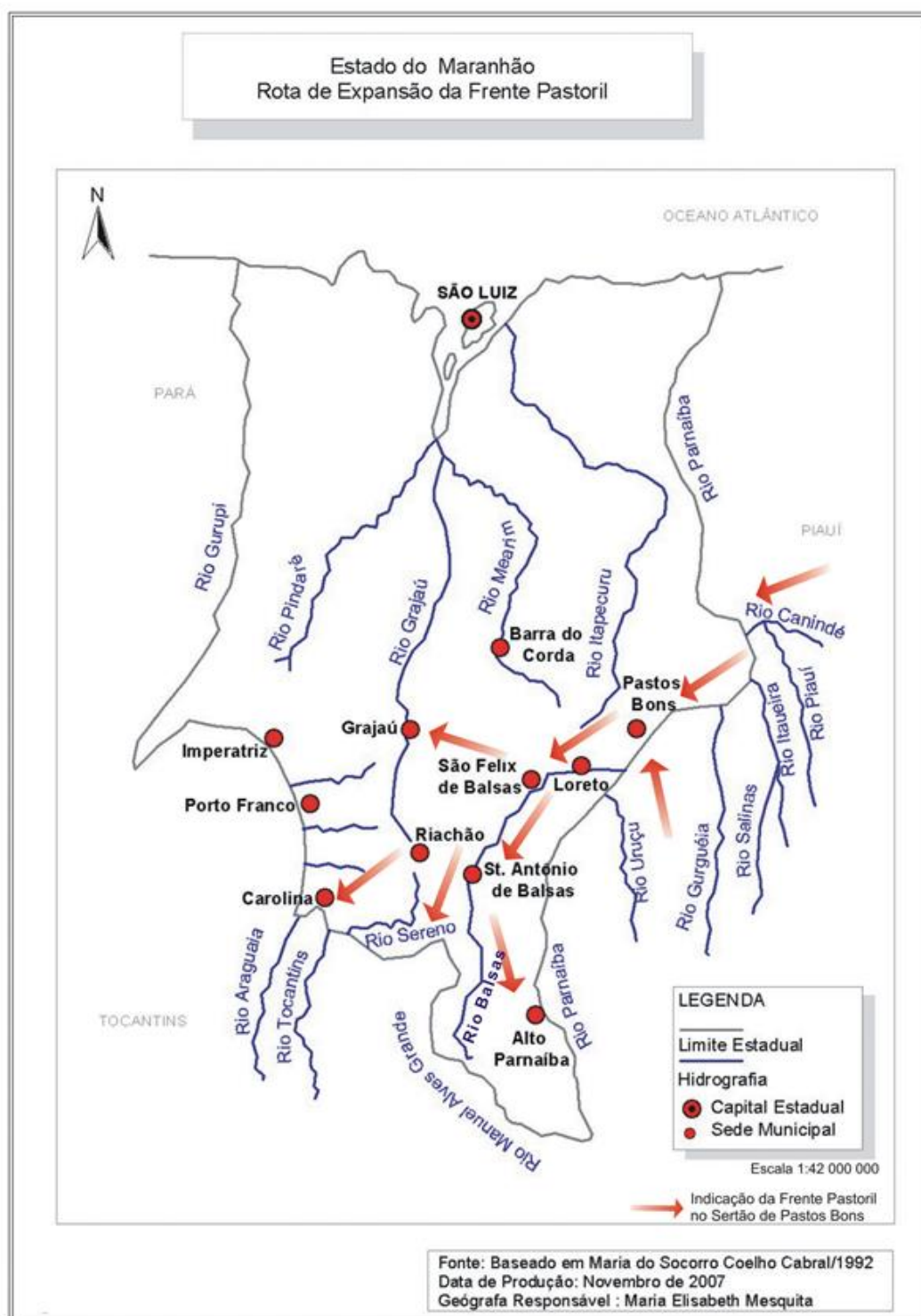


Figura 02: Mapa - Rota de Expansão da Frente Pastoral

A ocupação do alto sertão maranhense, a exemplo da efetivada no litoral, foi

empreendida através de muita violência, já que a verde campinas cobiçada pelos criadores era habitat de inúmeras tribos indígenas que se opuseram à conquista e ao povoamento branco. Conforme Carvalho (2000, p. 75):

No vasto território de belezas e fertilidades indizíveis, [...] habitavam nações autóctones, diferentes em tipo étnico e em idiomas, mas todas de índole prazenteira, folgazã, muito hospitaleiras e cuja alacridade é mencionada pela tradição como prova de ingenuidade infantil e de descuidada existência.

Grande parte destas comunidades indígenas foi dizimada pelos conquistadores. “A insídia e a perfídia formam sempre meios suaves para conseguirem o aniquilamento dos autóctones. [...] E tudo isso se deu em nome da fé católica (CARVALHO, 2000, p. 75)”. Segundo Cabral (1992, p. 120), “a destruição foi de tal ordem, que sobreviveram poucos dos numerosos grupos indígenas que viviam na região. [...] Sendo que o principal meio utilizado pelos criadores para submeter e dominar o indígena foram as bandeiras, que se constituíam como verdadeiros grupos de guerra [...]”. Inicialmente, as terras ocupadas por essa frente de expansão foram as situadas nas proximidades do rio Parnaíba, onde se instalaram as primeiras fazendas de gado e foi fundado em 1819 o povoado de Pastos Bons, o qual serviu de apoio para o avanço da conquista de forma contínua e sem fronteiras, dando origem a vilas e povoados que seriam mais tarde transformados em cidades a exemplo de São Félix de Balsas, Riachão, Carolina, Santo Antônio de Balsas (hoje Balsas) e algumas outras, não só em território maranhense, mas também em território tocantinense. “É aí neste caminho que se faz a colonização, descobre-se a terra, fixa-se o homem que parte para frente, guiando-se pelos passos sertanejos do gado” (COELHO NETO, 1979, p. 20).

Ainda segundo Coelho Neto (1979, p. 20), “o boi determina uma economia primitiva e se constitui a riqueza originária e única, com um sistema fundiário de ocupação, levando todo este complexo pela passagem do rio Parnaíba até alcançar a região Sul do Maranhão, à terra sertaneja dos ‘pastos bons’ famosos”. A criação do município de Balsas-MA se insere nesse contexto, pois resultou principalmente da expansão pastoril oriunda da Bahia sobre o sertão maranhense, como já exposto anteriormente. Surgiu no final do século XIX devido à instalação do comércio para atender a população moradora nas fazendas do sertão sul maranhense.

“Os comerciantes chegavam ao Porto de Caraíbas (primeira denominação do lugar que hoje é a cidade de Balsas) através do rio, em embarcações denominadas balsas, feitas de talos de buritis, amarradas por varas e travessas por embiras, e que deram nome ao rio, à

região e mais tarde ao lugar.” (COELHO NETO, 1979, p. 104). Assim, as balsas desciam, levando os produtos para povoados e lugarejos distantes (Figura 3). O lugarejo conhecido como Porto de Caraíbas passaria a se chamar Vila Nova e era onde se juntavam, segundo Coelho Neto (1979, p. 104), “os povoadores de Riachão, gente que ficava bem perto nas fazendas próximas e novos baianos [...]”. Depois, receberia a denominação de Santo Antônio de Balsas em homenagem a Antônio Ferreira Jacobina que fundou na localidade o porto que seria mais tarde o centro de navegação fluvial a vapor e empório fornecedor de sal para todo o Norte do Estado de Goiás (atual Tocantins).

Santo Antônio de Balsas se tornaria distrito de Riachão ainda no final do século XIX. Entretanto, não tardaria muito para que a nostalgia tomada pelo povo habitante do lugarejo clamasse pela sua libertação administrativa, conseguida em 1892. Sendo essa povoação, elevada à categoria de Vila. O comércio de sal, principalmente, contribuiu significativamente para que Balsas vivesse em ritmo de crescimento significativo por um bom tempo; soma-se a isso a boa vontade dos moradores em relação aos aspectos culturais, o que fez surgir uma presença relativamente crescente de cultura, progresso e desenvolvimento econômico.

Não obstante, segundo Coelho Neto (1979, p. 140) “a década que terminou em 1940 era o prenúncio de uma fase de estagnação econômica, e não se ofereciam perspectivas melhores para Balsas”. Este fato se dá pela afirmação do comércio em Carolina que tira assim, toda a importância de Balsas; e ainda, pela descoberta de jazidas de diamante em Mato Grosso e Goiás que atraiu os sertanejos a se deslocarem para a conquista e povoamento desses estados, deixando o Maranhão para trás. Por outro lado, filhos de fazendeiros se deslocam para outras localidades mais desenvolvidas em busca de escolas de formação superior e retornam ao término dos cursos, alterando, sobremaneira, a vida cultural em Balsas. “Assim, imbuídos de novas idéias, começaram a exercer novo tipo de liderança ou a influenciar os mais velhos na prática de métodos de trabalho condizentes com os anseios da época” (COELHO NETO, 1979, p. 145).

Segundo este mesmo autor (p. 148), “a par do desenvolvimento cultural, nasce no final de 1960 e início de 1970 (grifo meu) um seguimento econômico baseado em duas forças principais – a pecuária e a agricultura”. Novas técnicas, como a de correção de solos, realizadas com moderníssimas máquinas, permitiram a transformação das chapadas e dos cerrados, servindo outrora, como campos agrícolas. Vale esclarecer que essa dinâmica ocorre com a chegada de migrantes de outras partes do país.

O processo de ocupação do Sul do Maranhão:
Dinamismo econômico e des(re)ordenamento territorial
Rosimary Gomes Rocha

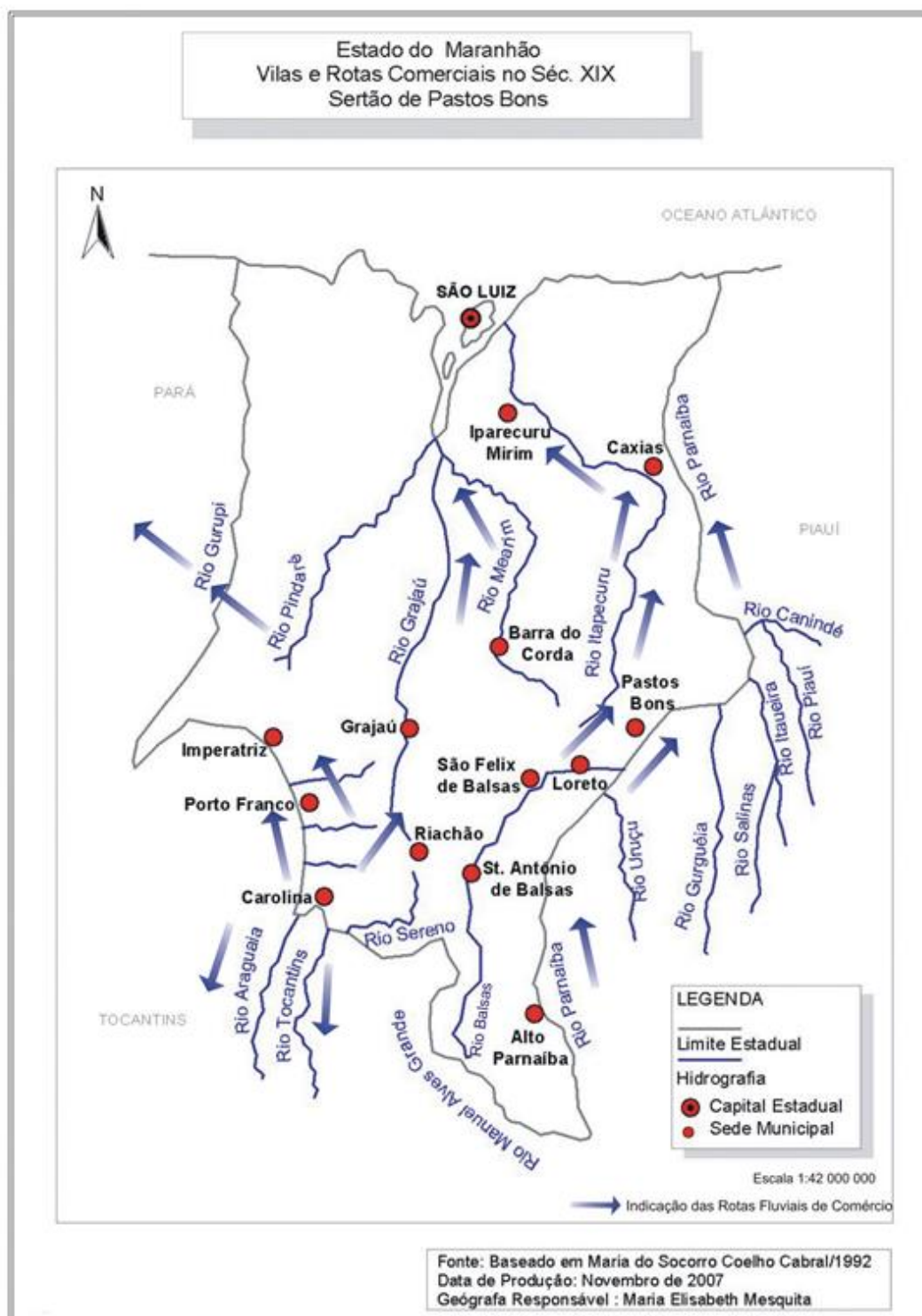


Figura 03: Mapa - Vilas e Rotas Comerciais no séc. XIX

Gentes de outras regiões brasileiras tornaram Balsas sua nova terra e no solo da mesma se enraízam construindo o presente e o futuro. São agora mineiros, paulistas, paranaenses e gaúchos descendentes de europeus. Os últimos, mais numerosos, são, na maioria de Campo Real, Passos Fundo, Carazinho e Espumoso; mais de duzentos novos proprietários labutam afanosos na sua

**O processo de ocupação do Sul do Maranhão:
Dinamismo econômico e des(re)ordenamento territorial**
Rosimary Gomes Rocha

grande transformação econômica e na produção de alimentos (COELHO NETO, 1979, p. 148).

A rizicultura apresentou-se como uma das atividades principais nas expectativas do produtor sulista ao se fixar no sul maranhense, embora a soja, de fato, seja percebida logo em seguida como lavoura principal nas chapadas dessa região. Isso não quer dizer que o cultivo do arroz tenha desaparecido na localidade, já que o arroz é o principal alimento do maranhense e é plantado também para venda ao mercado nacional. Vemos assim, a importância que a atividade pecuária teve para a consolidação de uma estrutura ocupacional no sertão maranhense, o que vai contribuir para que essa região, por um longo espaço de tempo, apresente uma baixa densidade demográfica, pois as extensas terras se destinaram prioritariamente à criação do gado à solta, originando grandes fazendas de criação.

As frentes de ocupação, de acordo ao exposto anteriormente, tiveram papel preponderante para a formação econômica e social do Maranhão, sendo que ainda hoje pode ser vista uma nítida diferenciação entre a parte norte e sul. Essas peculiaridades têm gerado, desde a fase inicial da colonização (CABRAL, 1992), movimentos separatistas encabeçados pela população situada ao Sul do estado que se vê prejudicada pela falta de assistência política governamental em nível estadual. Entretanto, pode-se notar claramente, um desmazelo não somente com essa parcela, mas com a população em todo o estado, reflexos de anos de descaso político das oligarquias que se fizeram presentes em toda a sua história.

Enquanto Cabral (1992) estuda a ocupação do território maranhense, tendo em vista as duas correntes de povoamento expostas anteriormente, Arcangeli (1987, p. 92) analisa a formação econômica e social do Maranhão subdivididas em quatro fases: “conquista e povoamento inicial; inserção do estado na divisão internacional do trabalho; involução econômica e inserção na divisão nacional do trabalho”.

No que concerne à primeira fase, esta se estende do intervalo que vai do início do século XVII até o início da segunda metade do século XVIII, período em que o Maranhão encontra-se ainda apenas indiretamente articulado ao processo global de acumulação primitiva, engendrado pela necessidade de acumulação capitalista nascente na Europa.

No povoamento inicial, a característica principal se dá mediante duas atividades principais: a caça e comercialização dos indígenas e a produção de subsistência. Tendo como resultado o afastamento dos índios, o desmatamento e a acumulação do trabalho escravo. Esse pressuposto serviu para criar as condições necessárias para a articulação do estado às atividades econômicas das províncias primário-exportadoras.

A segunda fase se inscreve no intervalo que vai dos primeiros anos da segunda metade do século XVIII até a nona década do século XIX. Este foi o momento marcado pela inserção do Maranhão na divisão internacional do trabalho, período que a economia se sustentou através da exportação para a Europa de três produtos: o algodão, o arroz e o couro. No entender de Arcangeli (1987, p. 94), “esta fase é impulsionada a partir da intervenção direta da Metrópole que, através da política de Marquês de Pombal, reorienta a economia do Maranhão, via neutralização do poder dos jesuítas na Província e pela criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755)”. Este período teve seu apogeu entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, após o qual se registraram os primeiros sinais de decadência. Fato que se reportou, basicamente, em consequência das modificações ocorridas no sistema econômico internacional. Acrescenta-se aí, ainda, a insuficiência de mão-de-obra não escrava para ajudar na colheita, o que implicará um elevado ônus com a importação de escravos negros vindos da África.

Diante de todo esse contexto, tem-se o início de uma nova fase marcada pela “involução econômica”, pelo menos do ponto de vista da lógica capitalista expropriadora que regia as atividades primário-exportadoras no Brasil Colônia. Seu período histórico se insere entre os últimos anos do século XIX até a metade do século XX e tem como especificidade, a abolição da escravatura no Brasil. No caso do Maranhão, devido à grande existência de terra livre, os escravos preferiram fugir das fazendas, passando a exercer atividades autônomas de subsistência. Tem-se aí, o retorno de uma economia de subsistência no estado, embora a produção de algodão não desapareça por total do programa econômico; este fator torna-se preponderante para o surgimento, no último quartel do século XIX, do parque têxtil.

A quarta fase, denominada de “inserção na divisão nacional do trabalho”, tem seu início a partir da metade do século XX, marcada pela articulação econômica maranhense (ou reintegração) ao sistema de acumulação capitalista, tanto na esfera da circulação como da produção. As principais especificidades deste período podem ser sintetizadas com base nos seguintes fenômenos: surgimento da indústria do babaçu; produção de alimentos para o mercado nacional através do avanço das lavouras temporárias; ocupação do Oeste do estado e avanço da pecuária. Segundo Lima Júnior (1987, p. 23), “grande fluxo migratório se originou das áreas de povoamento mais antigo, ou seja, dos vales do Parnaíba e Itapecuru e chapadas do alto sertão, em direção às de maior densidade de babaçuais, como o médio e baixo Mearim, também conhecida como Região dos Cocais”. Dentre os fluxos migratórios intra-estadual, destacam-se os nordestinos, vindos especialmente do Piauí e

Ceará à procura de terras, esses fluxos são ocasionados por problemas fundiários e edafoclimáticos em seus estados de origem.

Assim, começa no Estado do Maranhão um processo de significativas transformações em seu quadro agrário tradicional, em decorrência do intenso crescimento populacional verificado desde então. Consequentemente, surge a estruturação de um quadro urbano decorrente da expansão do capitalismo urbano-industrial no campo brasileiro, marcado por significativas contradições e desigualdades sócio-espacial.

Conforme dados expostos na Tabela 1, verifica-se que a população maranhense aumentou 56,5% entre 1950 a 1959, sofrendo uma queda de crescimento no decênio 1970-1980 para na década seguinte crescer novamente. Sendo que este aceleração no ritmo de crescimento populacional, verificado nos últimos anos do século XX, se deu pela nova organização em que se insere o Brasil, como um todo, na lógica capitalista de *ocupação dos espaços vazios*. Ou seja, na expansão da fronteira agrícola. Cabe ressaltar ainda, que a dinâmica populacional maranhense tem se efetuado de forma diferenciada sobre o seu espaço, refletindo o processo histórico de sua ocupação. Surgem dessa forma, áreas mais dinâmicas e outras mais reprimidas. Isso acontece devido a diversos fatores ligados às condições naturais, à disponibilidade de circulação e às políticas governamentais incentivadoras dos fluxos migratórios. Aspecto este de acentuada relevância na compreensão dos elementos norteadores desta pesquisa.

Tabela 1: População recenseada e densidades populacionais no Estado do Maranhão, 1900- 2014.

| Ano | População Total | Densidades Demográficas Hab/Km |
|-------------|------------------------|---|
| 1900 | 499.308 | 1,54 |
| 1920 | 874.337 | 2,69 |
| 1940 | 1.231.955 | 3,81 |
| 1950 | 1.577.838 | 4,86 |
| 1960 | 2.469.447 | 7,61 |
| 1970 | 2.997.576 | 9,23 |
| 1980 | 4.002.599 | 12,33 |
| 1991 | 4.930.253 | 14,85 |
| 2000 | 5.651.475 | 17,02 |
| 2007 | 6.118.995 | 18,43 |
| 2010 | 6.574.789 | 19,81 |
| 2014 | 6.850.884 | 20,64 |

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014.

Considerando que a ocupação histórica do Maranhão atende a distintas fases, como já descrita anteriormente, pretende-se acrescentar aqui uma quinta fase, mediante as transformações de base técnica e de circulação que vem experimentando o espaço agrário maranhense desde a década de 1980. Para tanto, se faz necessário discutir os meandros

políticos e econômicos, implementados pelo Estado que propiciaram a introdução do Maranhão em um “novo tempo”. Tempo esse marcado por conflitos e contradições sociais.

AS AÇÕES DO ESTADO NA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO MARANHENSE

De acordo ao que já se expôs, o Estado sempre esteve presente nos projetos de ocupação do território maranhense, embora na parte sul, este aspecto não esteja presente na fase inicial, (quando se estabelecem ali as primeiras fazendas de gado). Todavia, nos períodos seguintes, as ações estatais passaram a ter caráter decisório para a dominação deste espaço maranhense. Destacam-se como atuação do Estado, os projetos de colonização planejada “cuja implementação contaria com planificação oficial na escolha da área, na seleção dos grupos e em sua atividade econômica” (ARCANGELI, 1987, p. 14).

Em relação à migração espontânea que se dirigiu para os vales úmidos do Maranhão, vemos a presença do Estado na viabilização de infraestrutura, através do advento dos transportes rodoviários a partir da década de 1950, o que permitiu um intenso fluxo migratório para este estado, principalmente de nordestinos. Esta corrente migratória de nordestinos para o Maranhão, não se justifica apenas pela seca ocorrida no Nordeste brasileiro, mas também pelas mudanças na estrutura agrária dessa região em geral. “Essa nova frente seguiu naturalmente os eixos viários e aquele que se abriu em direção ao Oeste do Estado, ou à pré-amazônia foi o destino da *maioria, devido* (grifo meu) às oportunidades econômicas nas terras devolutas da área de florestas” (LIMA JÚNIOR, 1987, p. 43).

Entretanto, para estes migrantes, a chegada ao Maranhão não resolveu seus problemas quanto à posse da terra. A implantação de rodovias em território maranhense veio contribuir para a valorização da terra perante o capital, transformando grande parte das áreas de lavoura e extrativismo tradicionais num processo de pecuarização apoiado por políticas governamentais, através de incentivos fiscais que favoreceram a implantação de grandes empresas. Como consequência, ocorreu a expulsão do pequeno trabalhador rural (posseiro) que continuou avançando para as áreas devolutas do estado.

Ressalta-se ainda que, em nível estadual, várias foram as ações governamentais destinadas à execução de um desenvolvimento econômico, que na realidade se apresentam como responsáveis pela expropriação de um grande número de trabalhadores rurais e que foram propiciadoras de inúmeros conflitos, envolvendo a posse de terra por classes sociais antagônicas.

**O processo de ocupação do Sul do Maranhão:
Dinamismo econômico e des(re)ordenamento territorial
*Rosimary Gomes Rocha***

Para discutir essas ações, faz-se preciso refletir sobre a forma de governo (gestão governamental) implantada no Maranhão na final da década de 1960, ano em aquele José Sarney esteve à frente do governo do estado. A respeito desse governo, Asselin (1982, p. 129) destaca:

Era o “Maranhão Novo”, o “Maranhão Carajás” que já se esboçava. Foi o tempo da criação de infra-estrutura, que permitiu a atração de capitais sulistas e estrangeiros. Foi o tempo da construção de estradas que cortaram o estado, ligando, em primeiro lugar, a capital, São Luís, com as capitais vizinhas, e depois penetrando nas regiões do Pindaré e do Tocantins.

As prioridades e atitudes tomadas e conservadas pelo então governo, deixam claro que seus planos não nasceram das necessidades do Estado do Maranhão e muito menos expressaram os anseios do povo trabalhador. Refletiram apenas, um modo de pensar que já estava predeterminado em escala nacional, mediante o que era imposto pelo regime militar que se estruturou na época. Para Asselin (1982, p. 129):

Essa política nacional encontrou sua realização no Maranhão, encaixando-se medidas estaduais no propósito federal. Assim, o governador Sarney criou a reserva Estadual de Terras, pelo Decreto 3.831, de 6 de dezembro de 1968, e seus órgãos, as Delegacias de Terras, no interior do estado, ligadas à Secretaria da Agricultura, (...). As delegacias não tiveram outro objetivo a não ser o de disciplinar a ocupação e o de titular as áreas.

O passo seguinte consistiu na elaboração da Lei Estadual 2.979, regulamentada pelo Decreto 4.028, de 28 de novembro de 1969 (ASSELIN, 1982). Essa Lei facultava a venda das terras devolutas, sem licitação, a grupos organizados em sociedades anônimas, sem número limitado de sócios, podendo requerer cada um até três mil hectares. Com a instalação da Lei e das Delegacias de Terras (Lei n.º 979, de 17 de junho de 1969, que possibilitou as transferências de áreas devolutas) estourou, de fato, a mais severa problemática fundiária na história do Maranhão.

Nas décadas seguintes, seguiram outros governos, porém a estrutura política vigente não sofreu alterações. Como exemplo, criou-se a COMARCO – Companhia Maranhense de Colonização (6 de dezembro de 1971, através da Lei n.º 3.230), mais tarde substituída pela COTERMA – Companhia de Terras do Maranhão (1979), e subsequentemente pelo ITERMA – Instituto de Terras do Maranhão (1981). A principal “proposta” desses órgãos se assentava na resolução dos conflitos fundiários e na distribuição de terras de forma a assegurar o direito do povo.

Entretanto, o que houve foi um processo de beneficiamento e clientelismo a favor

**O processo de ocupação do Sul do Maranhão:
Dinamismo econômico e des(re)ordenamento territorial
Rosimary Gomes Rocha**

dos grandes proprietários, e criação de formas de repressão em relação às organizações e lideranças dos trabalhadores rurais; o que proporcionou um elevado índice de concentração de terra no Maranhão. Como mecanismo de manipulação de massa, o governo criou propaganda de desapropriação em benefício desses grandes proprietários, escondendo por trás das propostas atraentes, o real modelo de dominação. Para o governo, isso serviu como meio de acomodar o povo pobre, principalmente aqueles moradores e trabalhadores do campo. Mas, o que se pode ver foi a permanência e, até mesmo, o agravamento dos problemas fundiários.

Como consequência dessas atitudes, houve a desmoralização dos órgãos públicos que deveriam estar ao lado do povo e que, na verdade, se apresentaram como favorecedores da classe dominante. Sobre este aspecto, Asselin (1982, p. 147) esclarece:

Assim de programa em programa, de obra em obra, de serviço em serviço, o lavrador maranhense vai aos poucos descobrindo uma verdade maior: qualquer trabalho do governo abre sempre, mais e mais, espaço para o capital. A empresa vem sendo considerada muito mais do que o homem. Tudo isso que se chama ação do governo só tem aberto as veredas para o desenvolvimento capitalista no campo. E para que o capitalismo se desenvolva no campo, a primeira coisa a fazer é separar o lavrador de sua terra.

O que aconteceu a partir daí foi a intensificação da migração campo-cidade que acarretou um crescimento populacional da zona urbana a partir da segunda metade do século XX (Tabela 02). Esse contexto migratório foi marcado geralmente pela expropriação do trabalhador do campo, em decorrência da concentração fundiária destinada em boa parte para a pecuária extensiva.

Tabela 02 - Proporção da população residente na zona Urbana, no Brasil, no Nordeste e no Maranhão – 1960/2007 – (%)

| | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2007 | 2010 |
|-----------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Brasil | 44,6 | 55,92 | 67,59 | 75,59 | 81,25 | 73,56 | 84,36 |
| Nordeste | 33,89 | 41,81 | 50,46 | 60,65 | 69,07 | 64,91 | 73,52 |
| Maranhão | 17,69 | 25,13 | 31,41 | 40,01 | 59,53 | 61,41 | 63,07 |

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015.

Diante das especificidades de constituição do território do Maranhão, podemos conceituá-lo como um estado essencialmente agrário que tem suas bases econômicas assentadas na produção agropecuária, sejam elas em determinados períodos, voltadas para a exportação ou para o abastecimento interno. E isso, é de fato, ponto preponderante para a concentração da população maranhense em determinados locais. Lima Júnior (1987, p. 24), analisando a construção das transformações econômicas no referido estado, que ao

nosso olhar são fatores que só tendem a contribuir para a migração da zona rural para zona urbana, assinala que “[...] é a partir da década de cinquenta que o Estado do Maranhão começa a apresentar transformações em seu espaço agrário tradicional em decorrência da expansão do capitalismo urbano-industrial no campo brasileiro”.

A década de cinquenta também foi marcada pelo início da implantação da infraestrutura rodoviária estadual, favorecendo os deslocamentos populacionais, o que acarretou o nascimento de núcleos urbanos às margens destas rodovias. Dentre as causas de favorecimento desse processo, encontram-se as migrações nordestinas, ocasionadas por problemas de ordem natural (secas) e da estrutura agrária.

Ao considerar essas transformações, temos de observar que a penetração do capital monopolista através de grandes empresas no campo é o fator-chave da estruturação que se estabelece desde então, provocando pobreza, subemprego e desemprego para as populações rurais e urbanas carentes de qualificação. Em consequência desses condicionantes verifica-se, nessas áreas, tensões sociais pela disputa de terras que envolvem posseiros, fazendeiros, grupos econômicos, índios e grileiros.

Outro fator de considerável peso na migração campo-cidade e que se apresenta como ponto chave para a realização dessa pesquisa, é a modernização da agricultura implantada no Maranhão na década de 1980. Sobre este aspecto, consideramos a utilização de máquinas para derrubada da mata, plantio e colheita, bem como o uso também de fertilizantes químicos, correção do solo e o cultivo em grande escala pelo sistema de monocultura que serve, a priori, para a exportação.

Esta dinâmica inclui o referido estado em um novo contexto político, econômico e social, através de modificações tanto de caráter interno como externo, articulando-o ao processo que se convencionou chamar de *globalização*, devido às ligações existentes entre o local e o global.

Todo esse contexto em que se insere o Maranhão hoje, não se explica por si só, uma vez que existe um emaranhado de situações que viabilizaram a construção da estrutura vigente na atualidade. Exemplos disso são as políticas nacionais e estaduais que incluem o território maranhense como pertencente à área de fronteira e, por isso, faz parte de projetos direcionados à sua entrada em um “novo tempo de dinamismo e desenvolvimento econômico e social”, constituído por favorecimentos para a instalação do capitalismo na constituição do território maranhense.

A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E SEUS EFEITOS NO SUL DO MARANHÃO

Para entendermos a expansão da fronteira agrícola, faz-se necessário, *a priori*, discutir as distintas dimensões teórico-metodológicas que a fronteira assume. Nesses termos, cumpre enfatizar a ideia desenvolvida por Becker (1982, p. 15). “O entendimento da fronteira perpassa por distintas dimensões, com destaque para: dimensão política, econômica, demográfica e étnico-cultural”. Cabe destacar também, que a fronteira amazônica na atualidade é entendida ainda por Becker (1990, p. 32) como “fronteira econômica que não é sinônimo de terras devolutas. A fronteira adquire potencialidade econômica e política, por sua vez, para o Estado que se empenha em uma rápida estruturação e controle”.

Enfatiza-se nesses aspectos, o pensamento de Martins (1997, p. 147), quando este afirma que: “As sociedades da América Latina encontram-se naquele estágio de sua história em que as relações sociais e políticas estão de certo modo, marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras “não ocupadas” ou insuficientemente ocupadas.” Esse fato permite colocar a região Amazônica como notou Foweraker (1982) *apud* Martins (1997), como “a última fronteira”. Considerando os efetivos deslocamentos do povo brasileiro no sentido da produção do território, a mobilidade sócio-espacial existente nos permite assinalar a presença de múltiplas fronteiras e nos faz pensar de maneira contrária à defendida por Foweraker, não cabendo somente à Amazônia a condição exclusiva de última fronteira na atualidade.

Torna-se salutar discutir as concepções que examinam a condição da fronteira no Brasil, uma vez que suas referências enfatizam a presença da frente de expansão e da frente pioneira. A expressão frente pioneira esteve, desde o início, franqueada particularmente aos geógrafos, enquanto a frente de expansão tornou-se designação comum aos sociólogos, historiadores e antropólogos. As divergências existentes nas visões dos geógrafos de um lado, e do outro, dos antropólogos, sociólogos e historiadores, não são necessariamente excludentes, mas no nosso entendimento, complementares. Como notou Martins (1997, p. 152):

Não há, à primeira vista, nessas concepções de frente pioneira e frente de expansão a intenção de supor uma realidade específica e substantiva. Estas não são propriamente conceitos, mas apenas designações através das quais os pesquisadores na verdade reconhecem que estão em face dos diferentes modos como os civilizados se expandem territorialmente.

A respeito da ocupação e povoamento no Sul do Maranhão, podemos destacar que essa região compreende um trecho efetivamente pioneiro, pois está localizada numa região da Amazônia Legal (embora o bioma predominante é o Cerrado), e por isso se insere

**O processo de ocupação do Sul do Maranhão:
Dinamismo econômico e des(re)ordenamento territorial**
Rosimary Gomes Rocha

dentro dos grandes projetos de ocupação da Amazônia brasileira. Para efeito de análise, o processo de ocupação do Sul do Maranhão apresenta temporalidades diferenciadas, desde a busca de pastagens para o gado que havia sido deslocado do litoral nordestino (Bahia), o cultivo do arroz, até a efetiva ocupação pela monocultura da soja, marcada pela industrialização da agricultura. Nestes aspectos, nota-se que a “fronteira capitalista é um fenômeno não somente espacial e histórico, mas de confrontação cultural e ideológica e de expansão econômica” (SILVA, 2006, p. 286). Aí se inscrevem diferentes atores com propósitos e ideologias diferenciados.

A fronteira em movimento implica o encontro de temporalidades diferenciadas de cada grupo social com seus diferentes modos de participação na expansão territorial do capitalismo sobre o território brasileiro. Observa-se que a fronteira é uma acumulação desigual de tempos sociais. (SILVA, 2006, p. 291).

A fronteira agrícola capitalista se refere a um processo de integração de um espaço geográfico à economia nacional e global, por meio da expansão territorial da agricultura. No Brasil, para fins de delimitação temporal da análise em tela, esse processo corresponde à fase de consolidação do padrão de acumulação urbano-industrial, a partir de 1930. Assim, a expansão da fronteira agrícola capitalista é parte do avanço urbano-industrial, no seu movimento de inserção de lugares e regiões à órbita dos centros de gestão territorial do capitalismo nacional e planetário. Na fronteira, a acumulação capitalista ocorre por meio de intervenções públicas e ideológicas promovidas pelo Estado capitalista. Visto que ao longo do processo de integração econômica do território brasileiro, a fronteira agrícola seria, além de um processo, uma área onde ocorrem grandes transformações sócio-espaciais, a partir da introdução de novas relações de produção e padrões técnicos e financeiros, bem como a inserção de valores culturais e simbólicos conflitantes com as identidades territoriais preexistentes.

A ocupação do Sul do Maranhão empreendida do final da década de 1970 em diante encontra sustentáculo nas políticas de integração nacional, ligando assim o centro dinâmico com as regiões periféricas, ou seja, na ocupação da Amazônia brasileira e das áreas de Cerrados. Não obstante, o objetivo da ocupação destas regiões se destinava prioritariamente a uma política de uso dos recursos peculiares dessas áreas, direcionando-os para o mercado externo; uma característica relevante se assenta no dispêndio de capitais que o Estado precisou direcionar para a execução dos diversos programas de ocupação, já que não houve interesse por parte das empresas privadas nos primeiros anos do projeto de integração. Para tanto, foi no mercado internacional que o Brasil foi buscar financiamentos e isso se deu à custa do endividamento das contas públicas.

A criação de uma infraestrutura viária possibilitou o surgimento de uma corrente migratória para a Amazônia brasileira, seja ela de forma espontânea, dirigida ou planejada. Tudo isso se fez, considerando a preservação da estrutura fundiária baseada em grandes propriedades presentes no Centro-Sul do Brasil. Essa prerrogativa se insere na expansão da fronteira agrícola, que culminou em conflitos envolvendo índios, posseiros, empresários e grileiros e possibilitou o (re) ordenamento do território.

Conforme estes aspectos explicitados podemos destacar a presença de grandes projetos que reconfiguram o espaço geográfico da região. Dentre estes podemos destacar o cultivo de soja e conduz a toda uma movimentação por se tratar da necessidade de grandes áreas para o seu cultivo, de logística de transporte para o escoamento da produção e da introdução de um aparato tecnológico desconhecido até então pelos agricultores locais, já que estes plantavam em pequenas áreas (roças de toco). E esta produção destinava-se a maior parte para seu sustento e o excedente era vendido no mercado mais próximo. É preciso lembrar que a forma de ver a função da terra pelo grande produtor rural é divergente da do pequeno agricultor. Nesse pressuposto, Arcangeli (1987, p. 117) corrobora:

[...] a terra meio fundamental de produção, não adquire valor de troca aos olhos dos *pequenos* (grifo meu) produtores. Adquire apenas valor de uso. Isso, devido ao caráter itinerante de exploração e, antes de tudo, à ausência, no universo cultural dos camponeses migrantes, de uma convicção relativa à necessidade de instituir-se a propriedade privada deste meio de produção que, encarado como a água e o ar, deveria ser utilizado comunalmente”.

Mas o que queremos acrescentar é que na região estudada existem tempos diferenciados e isso se reflete pelo uso da técnica (embora não seja só isso). Seria muito complicado para o pequeno agricultor maranhense, que só conhece o chão em que nasceu e acostumado com sua enxada e sua foice, de uma hora para outra trabalhar com máquinas super modernas, uso de fertilizantes e além do que, lidar com altíssimos financiamentos. O que acontece é que essa forma de produzir vem perdendo espaço para a produção em grande escala, já que esta necessita de grandes espaços e conta com apoio do Estado, que direciona suas políticas para o incremento do capital monopolista no campo.

A seguir faremos uma breve exposição das contradições advindas do agronegócio no Sul do Maranhão. Entretanto, mesmo existindo outros tipos de produção em grande escala na região, como a monocultura do arroz, do milho e o plantio do eucalipto, iremos nos concentrar apenas nos problemas ocasionadas pelo cultivo da soja para o meio ambiente e para a população do campo.

AS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO

A lógica capitalista de produção deixa no espaço marcas expressas de sua atuação, denotando uma crise que se evidencia pelo modo contraditório específico de sua reprodução ampliada. Crise esta que ocorre tanto na esfera política, quanto na econômica e na social e, emergencialmente, na esfera ambiental. Deve-se ressaltar que essa emblemática encontra-se acompanhada do discurso da modernidade, aparentemente boa em um primeiro momento, para depois, diante de análises mais rigorosas e reveladoras, descobrir-se um construto carregado de contradições. De acordo com (LEFF, 2000, p. 17):

[...] a degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise da civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza. A questão ambiental problematiza as próprias bases da produção; aponta para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade e para a construção de futuros possíveis, fundados nos limites das leis da natureza, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos sociais e na criatividade humana.

A modernização vem imbuída de transformações que ocorrem de forma conduzida socialmente e desigualmente no tempo e no espaço. “É um processo contínuo de reestruturação societária, uma mudança da natureza, que afeta toda a sociedade” (HARVEY, 1993).

O espaço é reflexo dessas contradições materializadas pelas formas aí impregnadas condizentes com as funções específicas. É claro, que frente às mudanças surgem movimentos contrários, que decorrem como sintomas da crise e apontam perspectivas novas de reprodução social. Não restam dúvidas de que a soja é um grande negócio econômico, mas podemos nos indagar para quem ou para quantos, já que tem um alto custo social e também ambiental. Assim, a soja é uma grande “sojeira”, materializada pelo agronegócio.

Então, para quem interessa esse modelo de produtividade? Antes de nos determos em responder essa simples pergunta devemos nos atentar aos fatos que serão mencionados a seguir.

Uma primeira preocupação é o pressuposto de que o *agronegócio é gerador de violência*, porque se baseia na grande propriedade, ou seja, no latifúndio, por isso mantém a velha estrutura agrária vigente no Brasil ou reforça essa premissa pela expansão por áreas de ocupação recente (Cerrado e Amazônia). Tal aspecto é visível pela expulsão dos antigos ocupantes (posseiros), terminando esses conflitos, em muitos casos de mortes.

O agronegócio concentra terras, águas e renda - este modelo de produtividade que

se dá em grande escala, arrecada muitos dólares, mas a um custo sócio-ambiental altíssimo. Para funcionar, necessita de muita terra e muita água e concentração de renda, pois os maiores incentivos fiscais do governo vão para a agricultura de exportação.

O agronegócio gera desemprego – as máquinas modernas substituem a mão de obra no campo, num país cujo maior problema é o crescimento do desemprego. Considerando que quando o agronegócio usa mão-de-obra, faz à custa de um valor baixíssimo pago pelo empregador, ocorrendo em alguns casos trabalho escravo.

O agronegócio é devastador da natureza – imensas áreas de florestas e do Cerrado estão sendo ilegalmente desmatadas, frequentemente com o sistema do “correntão”, secando nascentes e mananciais sugadas pelo ralo das monoculturas, dos pastos de capim, das carvoarias e etc.; considera-se ainda, que os agrotóxicos despejados por avionetas e tratores estão contaminando o solo, a água, o ar e as plantações do pequeno agricultor.

O agronegócio promove o êxodo rural – o avanço avassalador do agronegócio provoca o êxodo rural, o que se traduz em inchaço das periferias das cidades e migração forçada para outras localidades do país.

O agronegócio não produz alimentos para a população brasileira – dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, mais de 60% vêm da agricultura familiar. Ela produz quase 70% de feijão, 84% da mandioca, 58% dos suínos, 54% da bovinocultura do leite, 49% do milho e 40% das aves e dos ovos. Assim, os grãos produzidos pelo agronegócio são exportados para engordar as vacas, os porcos, as galinhas de outros países.

Por todos esses motivos mencionados, podemos entender que o agronegócio interessa, prioritariamente, à reprodução do espaço de forma seletiva e excludente, que se traduz no modelo capitalista de ser, encontrando sustentáculo nas políticas direcionadas pelo Estado.

Um exemplo específico é a nossa área de estudo. O que fica de modo geral para a área atingida é o desmatamento, perda da biodiversidade, desemprego, pobreza e migração. A sojicultura e o agronegócio em geral vão bem, o que vai mal é o povo, já que esse tipo de cultivo enriquece poucos, ajuda a pagar a dívida externa... e só. Então, entra em pauta um outro questionamento, que agronegócio é esse, que desmata e mata?

O Estado do Maranhão apresenta-se envolto por vários problemas sociais, dentre estes estão inclusos a grande pobreza da população, a violência no campo e o baixo nível de crescimento e desenvolvimento econômico. Como forma de mascarar a situação, o governo cria a política de implantação dos *Grandes Projetos*, isso implica colocar a mídia a serviço de um Estado que tem voltado suas ações para o desenvolvimento. A sojicultura na

região Sul maranhense está incluída nessas políticas desenvolvimentistas.

Vale ressaltar, que em contrapartida, a reprodução ampliada das formas capitalistas no campo fez surgir (re)arranjos que são identificados pelo surgimento de novos territórios. Porém, esses territórios se constroem de forma híbrida, ou seja, diversos são os atores que se legitimam através de instituições para que seja possível dar voz às suas reivindicações. Podemos assim explicar, que as novas formas de produção territorial no sentido de possibilitar sua adequação às recentes maneiras de reprodução das relações sociais, não acontecem de forma homogênea nem no tempo e muito menos no espaço.

A novidade nesse sentido é essencial para que possamos entender em que momento mudou-se o rumo das coisas. Para esse entendimento, temos que partir de um olhar crítico onde o presente possibilite uma análise do futuro, tendo esse presente um entrelaçamento entre a continuidade da tradição e a inovação. Nesse processo estão incluídas também as descontinuidades, que se dão pela ruptura de modelos que passam a dar lugar a formas que expressam o modelo de técnicas vigentes na contemporaneidade.

Assim, esse modelo gera conflito que gera protesto. Seria no caso um direcionamento do olhar para *o chão onde se planta* para tentar driblar a *ofensiva do capital*. Na região, esse cenário ganha corpo através das instituições que se opõem ao modelo de produtividade em grande escala para servir, prioritariamente, à exportação. Dentre essas instituições, tivemos acesso à *Associação Camponesa, Pastoral do Migrante e a Comissão Pastoral da Terra*, que desenvolvem trabalhos no sentido de conscientizar os trabalhadores sobre a exploração e os maus tratos cometidos contra os mesmos. Objetiva também, cobrar dos órgãos governamentais medidas paliativas para os problemas existentes na região relacionados a conflitos por terras, moradia, acesso à saúde, educação e etc.

A luta existe e a luta continua, exemplo disso são as entidades que promovem debates e reivindicações (ACA, CPT, STTR e CDVH). Embora não se podendo fazer muito, já que ir contra o sistema político vigente não se constitui em tarefa fácil, aos poucos vão construindo uma legitimidade social, para tentar de fato barrar com o processo de exclusão social que assola o Maranhão, e é uma problemática que perdura na maior parte do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região Sul maranhense encontra-se envolto numa complexa trama, em que as marcas espaciais aí estabelecidas revelam as ações que o capital cria e usa para se reproduzir e se consolidar. São fatores históricos construtores de territórios que se (re) estruturam

continuamente. Não obstante, essa construção obedece a uma lógica, que é a lógica da reprodução ampliada e seletiva dos meios de produção, precarização do trabalho e exploração e expropriação de imensa quantidade de trabalhadores. Neste contexto, encontra-se a modernização da agricultura, através do cultivo da soja, milho, arroz e etc. como também pela produção de celulose (através do cultivo do eucalipto).

É sabido que o agronegócio no sul maranhense encontra-se inserido nos grandes projetos de desenvolvimento do Estado e da expansão da fronteira agrícola, que avançou sobre os Cerrados principalmente na segunda metade do século XX com a ideologia de integração e unificação nacional, negando aí a existência e a importância dos grupos já estabelecidos nessas localidades. Assim, o *sertão* (Cerrado) é cenário para práticas e representações de um processo homogeneizante das forças capitalistas via industrialização e difusão cultural de valores globais.

Inserem-se aí as redes de integração espacial, a mobilidade do trabalho e a fixação de corporações agroindustriais e financeiras nacionais e internacionais. Tudo isso provoca um re-desenhar espacial, constituindo um (re) ordenamento territorial, com novas relações de poder, próprias da contemporaneidade. Claro que essas bases se assentam num construto onde a dialética é uma constante, já que a estrutura espacial demonstra as contradições inerentes a esse processo. Então, ao lado do crescimento econômico surge o desemprego, ao lado dos grandes casarões, logo ali tão próximo, surgem os barracos.

Por isso dizer que a instalação do capitalismo em sua forma dominante se dar de maneira desigual e combinada. Desigual por que poucos lucram e combinada por que deixa em seu rastro uma massa de excluídos ávidos por fazerem parte do processo e modificando todo um contexto territorial antes estabelecido.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

ASSELIN, Victor. **Grilagem, Corrupção e Violência em Terras do Carajás**. Petrópolis: Vozes, 1982.

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra**: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

_____. **Geopolítica da Fronteira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

**O processo de ocupação do Sul do Maranhão:
Dinamismo econômico e des(re)ordenamento territorial**
Rosimary Gomes Rocha

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1992.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão**: subsídios para a história e a geografia do Brasil. 2. ed. Imperatriz: Ética, 2000.

COELHO NETO, ELOY. **História do sul do Maranhão**: terra, vida, homens e acontecimentos. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1979.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

LEFF, Henrique. **Saber Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA JUNIOR, Heitor Moreira. **Colonização de Fronteira Agrícola**: um modelo de desenvolvimento rural. São Luís: PPG/EDUFMA, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. [et al.]. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

Recebido para publicação em 12/01/2015

Aceito para publicação em 10/04/2015